

INTERNACIONAL



Este texto de conjuntura internacional trata da visita de Bolsonaro aos Estados Unidos e da criação do ProSur.

A visita de Bolsonaro a Trump

Entre os dias 17 e 19 de março, Jair Bolsonaro (PSL) visitou os Estados Unidos pela primeira vez como presidente. Em sua comitiva, estavam sete ministros, entre eles Ernesto Araújo das Relações Exteriores, Paulo Guedes da Economia, Sérgio Moro da Justiça e Tereza Cristina da Agricultura. Seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), que recentemente foi empossado como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, também marcou presença. A visita foi marcada pela submissão de Bolsonaro a Donald Trump e pela entrega do Brasil em uma bandeja ao governo e empresários estadunidenses.

O primeiro evento oficial foi um jantar, no dia 17, oferecido pela Embaixada do Brasil em Washington na casa do embaixador Sergio Amaral. Neste estavam “pensadores” da extrema-direita, como o “guru de Virgínia”, Olavo de Carvalho, e o estrategista de Trump, Steve Bannon. Mesmo com a presença do presidente brasileiro, o centro das atenções foi Olavo. Guedes chegou a dizer, na ocasião, que

ele era o “líder da revolução”. A China foi um assunto bastante discutido, sobre o qual Tereza Cristina fez uma intervenção ressaltando a importância do país para as exportações brasileiras, já que o setor do agronegócio não está muito contente ultimamente com a hostilização feita por membros do governo àquele país. Foi respondida por Bannon, para quem o Brasil não poderia se tornar mais dependente do país asiático. (Dependência só se for dos Estados Unidos).

No dia seguinte, Bolsonaro fez uma visita “surpresa” à CIA, anunciada pelo seu filho Eduardo no Twitter, onde ressaltou que seria uma oportunidade boa para discutir as relações internacionais na região, embora a política externa oficial dos EUA esteja a cargo da Secretaria de Estado, cujo titular é Mike Pompeo. No mesmo dia, Moro anunciou que assinou um acordo de parceria entre a Polícia Federal e o FBI para troca de informações. Enquanto isso, Guedes, em discurso na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, colocava o Brasil à venda, falando que o país estaria de portas abertas para compradores e que agora os Estados Unidos poderiam nos

tratar melhor. Além disso ele disse que gostava de “coca-cola e Disneylândia”.

À noite foi ao ar uma entrevista com Bolsonaro no canal de televisão Fox News, que é ligado a Trump e conhecido por defendê-lo. Durante a entrevista foi perguntado sobre a ligação entre Bolsonaro e sua família com as milícias, inclusive com o assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Silva. Em sua fala, o presidente chegou a dizer que a maioria dos imigrantes brasileiros nos EUA não tem boas intenções e que é a favor da construção do muro, defendido por Trump, na fronteira entre os Estados Unidos e o México. O muro é uma expressão tanto física quanto simbólica da xenofobia que Trump prega para separar a América do Norte da América Latina, mais pobre e menos desenvolvida.

Finalmente, no dia 19, houve o encontro entre Bolsonaro e Trump. Além de vídeos e fotos um tanto quanto constrangedoras, nos quais Bolsonaro parecia estar encontrando pessoalmente um ídolo de infância, foram anunciados acordos que são bons apenas para os Estados Unidos. O primeiro deles foi o que acabou com a exigência de vistos para cidadãos americanos, japoneses, canadenses e australianos sem nenhuma contrapartida. Isso fará com que consulados e embaixadas brasileiras nestes países percam milhões em arrecadação sem garantia de que se amplie o número de turistas que visitam o Brasil. O segundo a ser destacado foi o acordo que possibilitará a utilização da Base de Alcântara no Maranhão pelos Estados Unidos para lançamento de satélites e outros. Este acordo está sendo vendido como uma questão meramente comercial, de aluguel da base, mas é profundamente atentatório à soberania brasileira e sem lastro no que tange à parceria e transferência de tecnologia.

Além destes, Bolsonaro anunciou que irá estabelecer uma cota tarifária reduzida para permitir importação anual de até 750 mil toneladas de trigo americano. E, outra vez, não teve nenhuma contrapartida. Apenas uma promessa de que os Estados Unidos poderiam comprar mais carne do Brasil. O trigo americano é altamente subsidiado, o que irá afetar negativamente o trigo brasileiro e também o da Argentina, que é o maior exportador de trigo para o Brasil atualmente. Isso poderá estremecer a

relação comercial com a Argentina, onde o Brasil tem superávit comercial, e repercutir negativamente no Mercosul.

Como maior promessa depois de ter o país entregue aos seus pés, Trump disse que irá trabalhar para que o Brasil seja aceito na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde que renuncie ao tratamento especial de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Bolsonaro não pensou duas vezes e aceitou, trocando assim um benefício real por uma promessa que nada garante de bom para a economia brasileira, mesmo se o Brasil vier a ser membro da OCDE. Vale ressaltar que existem membros desta organização que possuem o tratamento especial na OMC, caso da Coreia do Sul, México e Chile, por exemplo, que mantêm relações comerciais estreitas com os Estados Unidos. Esta postura irá também criar atritos com outros países em desenvolvimento, inclusive nos Brics. África do Sul, China e Índia defendem este direito na OMC, pois apesar de possuírem PIB acima da média dos países em desenvolvimento, seu PIB per capita é baixo.

Outro tema tratado na reunião foi em relação à Venezuela. No entanto, Bolsonaro não revelou qual foi o conteúdo e existe o temor que ele possa ter se comprometido com a participação do governo brasileiro em novas agressões dos Estados Unidos ao país vizinho, o que seria desastroso em todos os sentidos. Este conflito não é brasileiro. É interno da Venezuela e o Brasil deveria atuar para ajudar a superá-lo e não para acirrâ-lo. Aceitar uma ingerência imperialista no continente é colocar a própria segurança brasileira em risco, pois se a tentativa de derrubar um presidente legitimamente eleito for bem-sucedida isso abre caminho para que outros golpes possam ocorrer a qualquer momento e por qualquer motivo.

No encontro entre Bolsonaro e Trump, além da submissão brasileira aos interesses estadunidenses, o que também chamou a atenção foi a participação do filho de Bolsonaro em vez do ministro Ernesto Araújo, o que gerou ruídos entre o presidente e este último. Já no Brasil, ao ser provocado em uma sessão na Câmara com a fala de que só faltava ter pedido autógrafa para o Trump, Eduardo

respondeu “eu pedi”. É a ilustração perfeita da política externa do atual governo. A igualdade entre as nações defendida pela diplomacia brasileira desde a atuação de Ruy Barbosa na Conferência de Haia em 1907 e o universalismo das relações internacionais foram substituídos por uma relação unilateral desigual e subalterna.

ProSur

Vários países latino-americanos reuniram-se no dia 22 de março em Santiago, no Chile, sob os auspícios do presidente Sebastián Piñera, incluindo os chefes de Estado da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru. O objetivo era lançar as bases para uma nova organização regional em substituição à Unasul, que os governantes de direita na América do Sul agora rejeitam.

Esses países já haviam suspenso sua participação no ano passado na Unasul, quando estava sob a presidência pro tempore da Bolívia, e são os mesmos que articularam o Grupo de Lima para hostilizar o governo de Nicolás Maduro na Venezuela,

que, inclusive, agora substituiu o governo boliviano na presidência da Unasul. A Colômbia já se retirou da Unasul, gesto que foi recentemente seguido pelo governo do Equador, país onde está a sede dessa organização e cujo edifício é reclamado pelo governo equatoriano, que o construiu durante o governo de Rafael Correa.

Além de ser uma articulação política e ideológica da direita contra os governos progressistas do continente, não está claro qual seria o papel e funcionamento da nova organização, salvo que será um instrumento a mais de atuação política dos aliados do presidente estadunidense, Donald Trump, na América do Sul, que, por sua vez, tem como “ideal de consumo” erradicar a esquerda dos governos sul-americanos, a começar pela Venezuela, Nicarágua e Cuba. No entanto, a iniciativa de Piñera tem recebido muitas críticas internamente no Chile sob vários argumentos, principalmente que as organizações internacionais não podem surgir e desaparecer meramente a partir de afinidades ideológicas, pois elas devem servir os interesses das nações e não dos governos de plantão.